

# Inconsciente e consciência da memória: uma contribuição das neurociências

Antonio Imbasciati,<sup>1</sup> Milão

*Integrando os dados da psicologia geral, da psicologia clínica perinatal, das neurociências e da psicanálise, o autor aborda as relações entre memória e consciência com o objetivo de oferecer uma definição unitária do conceito de inconsciente. Destacando a base biológica da memória nas redes neurais, afirma que, em um único cérebro (ninguém possui um cérebro igual ao outro), podem ser consideradas como memória todas as funções que aquele cérebro aprendeu ao longo do seu desenvolvimento neuropsíquico relacional a partir da época fetal. O autor expõe conceitos a propósito dessa construção relacional do cérebro de cada indivíduo, destacando a maneira através da qual, a partir da atividade biologicamente emocional do cérebro, a inteira funcionalidade de um mindbrain (mente-cérebro) pode ser construída. Desta funcionalidade, vários níveis de alguma forma de consciência podem apresentar-se à subjetividade de um indivíduo, correspondendo a uma parte mínima e, às vezes, não significativa do enorme e contínuo trabalho neuromental, o qual, de forma inconsciente, regula o organismo, tanto do ponto de vista mental quanto comportamental. Neste contexto, o autor observa que, na atual cultura institucional psicanalítica e na cultura em geral, o inconsciente continua sendo considerado somente como o que foi descrito e teorizado por Freud, isto é, aquilo que aparece em alguma forma de consciência no analista e que ele traduz em uma verbalização, em um momento específico da sua relação com um paciente.*

*Palavras-chave: inconsciente; consciência; neurociência; memória; lembrança; percepção; afeto*

---

<sup>1</sup> Psicanalista. Membro efetivo e analista didata da Sociedade Psicanalítica Italiana (SPI).

## 1. Psicologia experimental, neurociências e psicanálise no estudo da memória

Algum tempo atrás, escrevi um artigo cujo título era *L'inconscio come memoria e la diffidenza degli psicoanalisti verso le neuroscienze*<sup>2</sup> (Imbasciati, 2016a). Neste trabalho, argumentei que o desenvolvimento das neurociências, especialmente da neurociência afetiva, impõe redimensionamentos e esclarecimentos nas concepções psicanalíticas sobre os afetos e, sobretudo, acerca do conceito psicanalítico tradicional de inconsciente. Naquele escrito, também comentei que muitos psicanalistas estavam ancorados *inconscientemente* na teoria pulsional de Freud<sup>3</sup> e, portanto, eram *resistentes* a aproveitar as novas contribuições neurocientíficas. Em trabalho anterior (Imbasciati, 2015), destaquei aspectos *religiosos* latentes nas Instituições<sup>4</sup> psicanalíticas, as quais preservam, na cultura (ou na *mentalidade*) da maioria dos psicanalistas, preconceitos e noções características da ciência do século passado no que diz respeito ao funcionamento do cérebro e ao estudo da *mente* e da memória, bem como alimentam uma indefinição conceitual e teórica, entrincheirada em um saber *psicanalítico* presumido autossuficiente e independente do desenvolvimento das *outras* ciências da mente (Imbasciati, 2017a). De maneira mais específica, em trabalhos recentes, defendi que a essência da memória, a ser diferenciada em relação ao que é estudado como a possibilidade da lembrança, não é consciente, e, portanto, pode ser definida *inconsciente*, ao passo que a lembrança pertence à capacidade de consciência do momento *daquele* sujeito.

À luz dos trabalhos acima citados, proponho-me a destacar aqui a diferença entre o nível metodológico dos estudos clássicos sobre memória e aquilo que, hoje em dia, é oferecido pelas neurociências. Em caráter sucessivo, relacionarei essas noções àquela de inconsciente, assim como ele é atualmente definido pela teorização psicanalítica.

Às vezes também de forma classificatória, associa-se o estudo da memória na cultura científica atual às pesquisas da psicologia experimental, começando pelo trabalho clássico de Ebbinghaus em 1885, ao passo que o estudo do inconsciente parece limitado ao âmbito da psicanálise, quase evidenciando, assim, dois *domínios* diferentes e pertencentes às duas esferas da pesquisa psicológica, as quais se encontram, de fato, separadas. Uma delas tem se ocupado dos assim

---

<sup>2</sup> N.T.: *O inconsciente como memória e a desconfiança dos psicanalistas em relação às neurociências.*

<sup>3</sup> Ou melhor, a uma concepção simplista do modelo freudiano como aquela criticada por Meltzer (1981), o *modelo hidráulico*. Bem diferente é o conceito transfigurado de pulsão que nos oferece Solms (2015).

<sup>4</sup> Com o termo em maiúscula, refiro-me ao sentido descrito por Elliott Jacques (1955) em contraposição ao conceito de Organização.

chamados processos cognitivos, enquanto que a outra tem tratado daquilo que foi etiquetado como afetividade (Imbasciati & Cena, 2015, 2017). Nos tempos atuais, as neurociências nos fazem reconsiderar a inconsistência de tal divisão, pelo menos no que diz respeito à sua diferente aparência na consciência da maioria dos indivíduos. Não se trata, então, de processos mentais diferentes, mas do fato de que as capacidades de consciência dos indivíduos percebem-nos de forma diferente. Nessa conjuntura, os afetos também se desenvolvem como funcionalidade individual de redes neurais construídas para aprendizagens especificamente individuais no decorrer da vida, começando a partir da época fetal.

Os estudos experimentais catalogaram as mais variadas formas da memória conforme elas se manifestam na consciência, mais ou menos clara, de um sujeito que as recorda, isto é, em uma lembrança, ao invés de catalogá-las tendo em conta aquilo que se infere a partir do quanto ele demonstra da memória no seu comportamento, ou seja, a partir do quanto ele preserva em si as capacidades de fazer, capacidades estas que se encontram presentes na memória, um lembrar de como se faz algo: a memória, assim, de alguma funcionalidade. Mais de uma vez destaquei (Imbasciati, 2016b) a importância de distinguir o conceito e o termo *memória* daquele de *lembrança*, os quais em geral são considerados equivalentes, pelo menos na língua italiana, ou até mesmo são usados como sinônimos, gerando confusão. De fato, uma coisa é ter adquirido (aprendido) algo que permanece na nossa memória, conforme demonstrado pela nossa conduta nas suas várias explicações de diferentes capacidades. Outra coisa é sermos mais ou menos (ou por nada) capazes de lembrar algo claramente, para assim poder explicitar em palavras aquilo que a nossa mente aprendeu: somente essa última categoria deveria pertencer ao *relembrar*.

Além disso, a memória é muito mais ampla (Imbasciati, 2016a). As *formas da memória*, ou as *aparências* (Imbasciati 1986), foram classificadas e denominadas de maneira diferente. Primeiramente, foi identificada a memória *declarativa*, ou seja, aquilo que pode ser lembrado e verbalizado: imagens de origem sensorial variada, as próprias palavras, muitos conceitos, episódios de vida mesmo complexos, isto é, elementos que parecem ter ficado nítidos na lembrança. A partir desses, e de maneira gradativa, é possível passar a episódios que são lembrados de forma menos nítida ou a eventos dos quais lembramos apenas o significado geral: trata-se da memória *semântica*.

Contudo, existem outras formas pelas quais, mesmo sem lembrar, resta evidente que existe uma memória. Acredito que o exemplo mais claro seja o da *memória de trabalho*. Quando estamos fazendo algo, por exemplo, desmontando ou arrumando um dispositivo em que usamos várias ferramentas, ou quando

estamos cozinhando uma comida com diferentes ingredientes, realizamos uma série de operações em adequadas sequências automatizadas: sabemos, assim, se um parafuso deve ser virado para direita ou para esquerda, onde deixamos o martelo e não a pinça, e assim por diante. Da mesma forma, sabemos qual verdura ou carne temos em casa e onde as colocamos, onde estão o sal, o azeite ou outros ingredientes, bem como o lugar em que está a boca do fogão, como se acende, etc. Tudo isso é feito de maneira ordenada e automática: temos, então, memória, mas na hora não temos lembrança daquilo e, se tentarmos relembrar depois, fica difícil reconstruí-la, às vezes até impossível, e nunca de forma detalhada.

Portanto, trata-se de uma memória sem lembrança, a qual deve se aproximar da assim chamada memória de reconhecimento: imagens, pessoas, objetos, paisagens, elementos que nunca conseguiríamos relembrar e que, ao contrário, se eles se rerepresentarem, reconhecemos tê-los visto, ouvido, sentido, isto é, lembramos ter memória.

Existe, também, outra série de memórias que é impossível relembrar: como podemos relembrar aquilo que fazemos enquanto caminhamos? Aprendemos a ficar erGUIDOS, a nos movimentar, a esquiar e andar de bicicleta. Quantos e quais músculos precisamos para realizar o gesto mais simples, como agarrar algo com a mão ou sorrir? Ou tocar um instrumento que já aprendemos a dominar?<sup>5</sup> Quantas coisas aprendemos, tendo memória delas, desde o nosso nascimento? E também antes no período fetal. Toda essa memória, sem lembrança, foi chamada procedural.

Foram identificadas outras formas de memória, como, por exemplo, aquela espacial ou de orientação, pois sabemos nos movimentar no espaço, melhor se conhecido, mas também nos movimentamos se for desconhecido. Além disso, sabemos que os eventos se sucedem, ou seja, *percebemos* que o tempo passa, então temos uma memória quase contínua, mas geralmente não temos uma lembrança contínua e nem poderíamos relembrar como e quando aprendemos, isto é, como adquirimos, de forma progressiva, a memória da nossa capacidade de termos a sensação do tempo, podendo, assim, regularmo-nos nela. Qualquer coisa que aprendemos a fazer, inclusive falar e entender uma língua, possui a sua própria memória, sendo impossível isolar lembranças disso. Qualquer *saber fazer* não se recorda, a não ser durante o ato de fazê-lo. É legítimo, neste caso, falar de *lembrança*, pelo menos em contraposição àquele tipo de memória que foi denominada declarativa?

Em outras palavras, é necessário afastarmo-nos do hábito derivado dos estudos clássicos sobre os adultos segundo o qual o termo memória se refere a

---

<sup>5</sup> Um(a) pianista profissional pode tocar apenas usando a memória, sem relembrar quais sequências de notas aparecem na partitura, nem quais dedos mexer: ele ou ela pensa uma música, que evidentemente recorda, enquanto seus dedos correm no teclado automaticamente em sincronia com o próprio *pensamento musical*.

uma memória de conteúdos: memória é, primeiramente e sobretudo, memória de funções; assim, a aprendizagem significa, antes de qualquer coisa, aprender a realizar um movimento e, em seguida, uma ação, desde a mais simples até a mais complexa. O inteiro desenvolvimento neuropsíquico de uma criança, desde o nascimento e até mesmo antes, corresponde a aprender e a memorizar.

Contudo, deveríamos também afastarmo-nos do hábito de considerar a *lembrança* como algo restrito à verbalização que caracteriza a memória declarativa. A verbalização é o momento em que transformamos um evento de pensamento em palavras para, então, comunicá-lo a outros e também a nós mesmos: existem, porém, formas de pensamento que podem utilizar códigos expressivos diferentes das palavras de uma determinada língua. Pensemos no pensamento musical: qualquer pessoa que tenha um mínimo de experiência da música (na escala tonal da nossa cultura) é capaz de imaginar, dentro de si mesma, ou seja, *pensar*, algum motivo melódico que ouviu e que conhece, podendo, assim, não só recordá-lo dentro de si, mas também expressá-lo por meio do canto, como acontece com um pensamento traduzido em palavras na memória declarativa. Por conseguinte, existe uma lembrança que acaba por ser *declarada* pelo código sonoro musical, ao invés disso acontecer através do código verbal. Igualmente é possível construir, dentro de si mesmo, algum motivo melódico novo e reproduzi-lo por meio do canto, assim como qualquer pensamento pode ser pensado e expressado verbalmente, ou seja, pelo código de uma língua: *declarado*. Quanto mais a pessoa for especialista de música e da sua linguagem sonora, tanto mais ela pode relembrar, dentro de si, os motivos musicais complexos e harmônicos, além de melódicos, e externá-los por meio de canto ou instrumentos, ou até mesmo pelo código de notação da escala musical. Trata-se de lembranças, ou também de criações musicais, que podem ser expressas por meio de um código sonoro, o qual é análogo, mas também diferente, daquele código da mais corriqueira memória *declarativa*. Quanto mais musicista for uma pessoa, tanto mais articulada e complexa a sua linguagem musical poderá ser: interior, relembrada, externalizada de várias formas, isto é, *declarada*.

Tudo isso deveria, então, ser incluído na consideração das várias *formas da memória*. Existem ainda as linguagens estéticas, expressivas, mímicas, gestuais ou, de qualquer forma, motoras. A *lembrança* associa-se ao *saber fazer*: em um *continuum*? Pensemos no fluxo de sentimentos que todos vivenciam: não sofrem, eles, os efeitos do seu passado? Considerando-se o desenvolvimento neuropsíquico da criança desde a época fetal e, sobretudo, nos seus primeiros mil dias de vida (Imbasciati & Cena, 2018), podemos dizer que tal desenvolvimento, se não for memória, constitui um emaranhado de memórias. As neurociências têm

demonstrado, por outro lado, como a inteira atividade mental, mesmo cognitiva, surge do trabalho emocional do cérebro: os afetos também são aprendidos.

## **2. Psicologia clínica perinatal, neurociências, teoria do apego: consciência da memória**

Considerando o desenvolvimento psíquico dos primeiros anos de vida, é evidente que a criança memoriza uma grande quantidade de funções, imagens, habilidades, e isso acontece igualmente com os bebês e durante os primeiros meses de vida. Também o feto aprende e demonstra ter memorizado algo (Imbasciati & Cena, 2015, 2017, 2018), sem que se possa, de forma alguma, tornar explícita uma lembrança: isso se verifica não tanto em virtude da linguagem (verbal), mas porque o bebê e a criança pequena ainda não têm consciência e nem possuem um *self* que se perceba ser o sujeito daquilo que aprendeu (Damasio, 1999). Parece evidente o problema das relações que a memória mantém não apenas com a linguagem, mas com a consciência.

E, ainda, a memória diz respeito a todas as formas, simples e complexas, de *raciocar*. Tudo aquilo que um bebê aprende, e que constitui o seu desenvolvimento, psíquico e motor, considerado muitas vezes *natural*, ocorre a partir das relações e é armazenado na memória. A própria maneira individual de se relacionar é aprendida e memorizada, conforme destaca a teoria do apego: vejam-se os *estilos* de apego e os MOI (modelos operacionais internos).

A percepção é igualmente aprendida pelo bebê e pela criança, implicando em uma memorização gradual das capacidades progressivas de organizar as diferentes aferências sensoriais para poder, assim, alcançar uma *verdadeira* percepção. Os estudos clássicos sobre a percepção acostumaram-nos a considerá-la tomando por base a fenomenologia experimentada por um adulto: contudo, se considerarmos a pesquisa e os estudos sobre o desenvolvimento neuropsíquico do feto e, sucessivamente, do bebê e da criança, nos primeiros mil dias de vida (Imbasciati & Cena, 2015, 2017, 2018), observamos que a sua fenomenologia adulta não é absolutamente determinada por um amadurecimento natural, isto é, de maneira automática pelo genoma, mas pela experiência, e em especial pela progressiva experiência relacional. Um bebê (e também o feto) percebe algo, mas não percebe o mesmo objeto ou situação da realidade como um bebê de três meses consegue fazê-lo. Este, por sua vez, não percebe a realidade da mesma forma com que é capaz de percebê-la quando tem três anos de idade, e isso vale também para a percepção dos vários objetos da realidade ou para a diferenciação que um adulto aprendeu

para distinguir as diferentes sensorialidades conforme a sua diversa aferência receptiva (por exemplo, visual mais do que auditiva ou visceral). Uma análise atenta dos processos envolvidos para alcançar a percepção adulta (Imbasciati, 1998) nos permite identificar todas as operações progressivas que a mente (o cérebro, conforme sabemos hoje) deve aprender (construções de redes neurais, conforme sabemos hoje) para poder transformar a multidão das várias aferências, isto é, simples impulsos nervosos vindos das células dos diversos aparelhos sensoriais, em uma *percepção* qualquer que seja importante na subjetividade. Isso é possível por meio da seleção e da composição adequadas dessa multidão de aferências em aglomerados que permitam configurar, detectar e identificar algum conjunto passível de ser reconhecido, ou *percebido*, se pensarmos no resultado final que foi automatizado no adulto. Contudo, levando em consideração o caminho gradual de aprendizagem funcional mostrada ao longo do desenvolvimento de um bebê *na direção* da percepção, poderíamos de maneira mais correta dizer que foi *sentido*: sentido mais ou menos adequadamente para representar objetos da realidade ao nosso redor de uma forma que possam ser operados com certo grau de eficácia (Imbasciati, 1998).

A percepção é, portanto, aprendida: memoriza-se a processualidade por meio da qual o bebê e a criança aprendem gradativamente a perceber, até o ponto em que ela se torna automatizada no adulto. Em muitas ocasiões, essa aprendizagem das capacidades perceptivas passa despercebida, como se a percepção fosse automaticamente gerada por um *amadurecimento* biológico organizado (e não simplesmente predisposto) pelo genoma. Ao contrário, a aprendizagem acontece por meio da experiência, e não apenas da experiência casual do *input* neural dos aparelhos sensoriais, mas daquilo que, por meio dele, é modulado nas experiências relacionais com os seus próprios semelhantes (Imbasciati, 2015). Acontece também com os animais, pelo menos nos mamíferos e, talvez, até em outros (Panksepp, 1999; Panksepp & Biven, 2012). Além disso, para chegar a perceber de forma *adequada*, isto é, operacionalmente útil para a sobrevivência, é preciso que, no cérebro, se construa o sentido de um *self* percipiente (Damasio, 1999). Isto também é construído por meio das aprendizagens que se realizam e, sobretudo, através do espelhamento emocional mãe/bebê.

Todas as aprendizagens vivenciadas na época fetal, infantil e também em idade avançada possuem a sua própria memória. As neurociências demonstraram que isso acontece por meio da progressiva construção de redes neurais (Le Doux, 2002; Siegel, 2005; Damasio, 1999; Imbasciati & Cena, 2015, 2017, 2018; Imbasciati, 2015, 2017a, b, c e d). O cérebro é *construído*: a realidade não se

imprime nos neurônios, mas é *percebida*<sup>6</sup> conforme o funcionamento das redes neurais construídas a partir das relações. A *qualidade* dessas últimas dá origem a redes neurais progressivas, mais ou menos funcionais ou disfuncionais, dependendo da maneira através da qual as progressivas funções forem aprendidas pela qualidade das relações emocionais que determinam dita aprendizagem. Tratam-se de redes que são continuamente remodeladas. Essa é a plasticidade neural; ninguém possui um cérebro igual ao de outra pessoa (Magistretti, 2010).

Portanto, podemos observar que aquela categorização da memória, inicialmente denominada *procedural*, amplia-se no conceito mais abrangente de memória implícita, e isso envolve qualquer aprendizagem. Não se pode separar o conceito de aprendizagem do de memória: trata-se da mesma coisa no cérebro. A observação de como isso acontece no bebê e na criança é de clara exemplificação. Além do que os exames PET podem detectar (Schore, 2003a, b; Panksepp, 1999), a criança aprende a perceber e utiliza isso para organizar o que poderíamos chamar de primeiros raciocínios: a princípio, aprende a reconhecer o seu cuidador e a melhor forma de se relacionar com ele, e daqui deriva *o estilo de apego*, o qual depende do tipo de relação que pode ser estabelecida com o cuidador. Esse estilo torna-se cada vez mais rico e articulado até constituir os modelos operacionais internos (MOI), nos quais se implantará o seu *raciocinar* mais adulto.

Neste quadro, podemos observar a aprendizagem dos afetos:<sup>7</sup> a estrutura afetiva de um indivíduo depende das redes neurais que vieram a se construir no seu cérebro no decorrer das experiências relacionais. A estrutura afetiva é, portanto, individual – pensemos no assim chamado caráter e também no temperamento –, assim como é individual o relativo cérebro, nas redes que vieram a se construir por intermédio das relações estabelecidas com as individualidades dos seus cuidadores. Os afetos são aprendidos: estamos bem longe da tradição espiritualista que nos fez conceber a afetividade como tendo uma natureza diversa da cognição e do cérebro.

Qualquer modalidade *mental* (e nesse termo incluo os afetos, as emoções e os comportamentos), simples e/ou complexa, generalizada ou frequentemente individual, que uma pessoa tenha aprendido desde a época fetal até a adulta, foi memorizada. O desenvolvimento neuromental ou neuropsíquico, como se queira denominá-lo, é dado pela *construção* (Imbasciati, 2005, 2013a, b, 2015) do cérebro individual: as redes neurais que se constroem nele são memória, pronta

---

<sup>6</sup> Ninguém nunca poderá saber quanto daquilo que ele ou ela *percebe* pelos sentidos é igual ou diferente do que outra pessoa percebe. Nos adultos considerados normais, é possível somente constatar que todos sabem interagir com a realidade.

<sup>7</sup> Já em 1961, Money Kyrle afirmara que os afetos são a primeira forma pela qual o ser humano *conhece* o mundo.



para funcionar quando for preciso. Por essa razão, parece apropriado usar o termo *memória de funções* ou memória funcional (Imbasciati, 2013a, b).

Para o observador profano, o conjunto das primeiras funcionalidades aprendidas assemelha-se à afetividade. O uso corrente deste termo tende a considerar a afetividade como um campo diferente e quase secundário<sup>8</sup> de eventos mentais em relação à cognição; na verdade, a afetividade aparece desta forma por causa da incapacidade frequente de captar a sua mensagem cognitiva. De fato, os afetos são as primeiras capacidades cognitivas desenvolvidas pelo homem: é a partir deles, e neles, que se desenvolve toda a aprendizagem subsequente e a relativa qualidade mnésica. A psicologia clínica perinatal, assim como foi definida a partir dos anos 1990<sup>9</sup>, nos introduz na área complexa em que atualmente estão se integrando a *psicanálise infantil* (*infant observation*: Bick, 1964, clínica com os pais e os bebês: Vallino & Macciò, 2004; Vallino, 2009), a *pesquisa infantil* – que é derivada da aplicação e da experimentação da *teoria do apego* – e a *neurociência afetiva* (Schore, 2003a, b; Panksepp, 1999; Siegel, 2005). Esse tipo de integração demonstrou a importância das relações – e, por conseguinte, da aprendizagem a partir delas e da sua memória implícita – para o desenvolvimento afetivo e o subsequente desenvolvimento cognitivo do indivíduo. Em especial, a integração revelou que a qualidade (interpessoal e afetiva) das relações estrutura as especificidades das redes neurais básicas que caracterizam uma determinada pessoa: elas funcionam como a matriz responsável pela elaboração específica individual que um cérebro realiza a partir de cada experiência sucessiva, bem como atuam nas sucessivas construções das redes neurais cuja funcionalidade (memorizada) caracteriza aquilo que um indivíduo pode, sucessivamente, aprender através dessa elaboração, constituindo um rastro. Tudo isso acontece por meio de um progressivo *efeito em cascata* (Imbasciati, 2015, 2016b, 2017a, b).

Os afetos são aprendidos na sua individualizada estrutura funcional conforme esta foi memorizada<sup>10</sup>. Em tal cenário, podemos hoje identificar o que é denominado *mindbrain* (mente-cérebro). Isso acontece também nos animais: sabemos, graças

<sup>8</sup> Secundário, mas também como uma espécie de impedimento e obstáculo em relação a uma mente ideal: *afeto* possui o mesmo étimo de *afecção-doença, sou afetado por...*

<sup>9</sup> Imbasciati & Cena, 1991; Imbasciati, 1998; Manfredi & Imbasciati, 2004; Imbasciati, Dabrassi & Cena, 2007, 2011; Cena, Imbasciati & Baldoni, 2010, 2012; Imbasciati, 2013a, b, 2015, 2016b, 2017a, b, c e d; Imbasciati & Cena, 2010, 2015, 2017, 2018.

<sup>10</sup> Não se entenda, de forma sumária, a memória relacionada ao momento em que determinados afetos foram *experimentados*: trata-se da memória de como e quando o cérebro deve funcionar nas suas expressões afetivas, comportamentais e cognitivas, assim como, eventualmente, funcionar em alguma forma de consciência.

às neurociências, que aquilo que denominamos como afetividade<sup>11</sup> procede dos circuitos neurais, alguns inatos em todos os vertebrados e identificáveis no tronco encefálico, os quais desencadeiam as emoções básicas que servem para a adaptação e para a sobrevivência (Panksepp, 1999; Panksepp & Biven, 2012), ao passo que, no ser humano, as funções dessas emoções básicas são tornadas enormemente complexas por meio da sua integração com as múltiplas estações neurais superiores, também corticais, nas quais foram construídas redes neurais que possuem uma capacidade funcional cada vez mais complexa. Nessa construção, acrescentam-se a aprendizagem e a consequente memória, consideradas essenciais pela pesquisa infantil, uma vez que caracterizam o desenvolvimento neuromental da criança. Tudo isso depende da qualidade (emocional) das relações.

Além disso, as neurociências nos informam que a mente-cérebro muda continuamente as suas conexões: mudam as redes neurais, algumas são anuladas e outras se tornam ainda mais complexas ao longo da aprendizagem contínua na vida humana. Muda, então, a memória, embora nos pareça, a cada momento, que ela seja sempre a mesma, sobretudo aquela memória que podemos recordar. Também se transforma aquela memória que aparece nítida, precisa, estável e inquestionável, aliás, geralmente ela muda, ao passo que temos a impressão de que seja sempre a mesma. Trata-se de um mero efeito da consciência, no qual acreditamos sem questionar. De fato, desde 1932, Bartlett demonstrara, de forma experimental, que qualquer repetição mnésica (isto é, daquilo que é possível recordar) está sempre sujeita a acréscimos ou alterações pessoais: a cada vez que alguém *recorda*, algo próprio é adicionado. A lembrança pode mudar, aliás, ela muda, às vezes pouco, às vezes muito, pois a memória igualmente se modificou ao longo da transformação global e contínua de todas as redes do seu cérebro.<sup>12</sup> A lembrança nunca é igual ao que foi aprendido. Por outro lado, a aprendizagem pode ser considerada contínua em virtude das mesmas operações físico-motoras, ainda mais daquelas mentais no sentido mais estrito, que mudam continuamente ao longo da vida, mesmo quando se *desaprende* e se esquece. A lembrança é sempre uma *aparência* da memória em um determinado momento e em uma forma específica pela qual a mente-cérebro daquele indivíduo faz aparecer para a sua subjetividade consciente.

Por conseguinte, a lembrança é um efeito da consciência extremamente variável, que pode tanto aparecer em uma consciência nítida e estável quanto se

---

<sup>11</sup> A denominação, com o seu étimo que se refere à doença (*adfectum*, afecção), diz respeito ao medo que o ser humano tem daquilo que, nele, não está claro e que, muitas vezes, extravasa a ilusão da sua *livre* vontade. Por outro lado, a distinção nominal que geralmente é estabelecida entre afeto e emoção procede, exclusivamente, daquilo que o adulto consegue entender na relação direta consigo mesmo e com os outros.

<sup>12</sup> Os psicanalistas, que muito e de forma controversa e maravilhada discutiram sobre a *Nachträglichkeit*, não leram Bartlett?

esbater, em um *continuum*, em algum *sentimento* que sempre nos acompanha. Devemos, então, considerar o esquecimento como um efeito da consciência? Ou como uma perda efetiva do traço mnésico? O problema depende daquilo que acontece nas miríades de redes neurais que trabalham e que se fazem, desfazem ou refazem no cérebro. E naquelas que oferecem o momento de consciência, além das que guardam uma memória de funções. Quanto pode ser considerado *memória*? Quantas e quais funções? Como funciona esse *algo* que filtra de forma mutável a nossa memória e que chamamos de *consciência*?<sup>13</sup>

### 3. E aquilo que é inconsciente?

Durante muito tempo, acreditou-se que a *consciência* fosse uma espécie de dom natural, característico da espécie humana, e que, desta forma, a mente, no seu senso próprio ou pelo menos pregnante, deveria coincidir com a consciência,<sup>14</sup> esta entendida no sentido pleno, como se fosse uma dimensão dicotômica: funcionamento *on/off*, com base no que se apresentava à subjetividade do indivíduo, mais do que naquilo que, não aparecendo, se pensava que não existisse ou que estivesse faltando; o que não aparecia *na consciência* não era considerado psíquico. Até que se descobriu, com Freud, que existiam eventos denominados *psíquicos*,<sup>15</sup> os quais careciam dela.

Ideias semelhantes perduram ainda hoje, na cultura corrente, como preconceitos. Além disso, temos a tendência de pensar que tudo possa ser ou tornar-se consciente ou conscientizado, como se iludia Freud acerca do que se pudesse fazer com a sua psicanálise.<sup>16</sup> Para esse pano de fundo do pensamento humano, usei o termo *consciencialismo* – o próprio Freud, descobridor do inconsciente, pode ser considerado um consciencialista, filho da sua época (Imbasciati, 2015, 2017a, b) – que ainda hoje permanece implícito na nossa cultura, isto é, que a

<sup>13</sup> Falamos certamente de *consciousness*, e não de *conscience*, evitando confusões com a língua italiana.

<sup>14</sup> A psicologia era, por si só, a própria psicologia da consciência, assim como aparecia no sujeito e como aparecia no observador, de modo que Freud teve que recorrer ao termo *metapsicologia* quando demonstrou que existia algo mental além da consciência.

<sup>15</sup> Psíquicos ou mentais? O problema de uma distinção nominal foi introduzido na história da psicologia porque se acreditava que era importante a diferenciação entre o que aparecia lúcido e certo à consciência em relação ao que se apresentava de modo mais nebuloso, como nos afetos.

<sup>16</sup> Recordemos o auspício freudiano *Wo Es var soll Ich werden* (Freud, 1932). Na realidade, nem sempre o que um analista interpreta para o paciente torna-se consciente, a não ser em uma momentânea verbalização que o paciente parece partilhar. De fato, o que o analista interpreta não é o inconsciente propriamente dito, mas aquilo que o analista, em um determinado momento do seu cérebro, traduz em uma verbalização. Se isso depois tem um efeito terapêutico é outro problema, a ser estudado no trânsito de emoções que constroem e/ou modificam as redes neurais.

consciência seja assim considerada quando está plena e nítida. Mas, para quem? Para a consciência do próprio sujeito que a declara consciente? Mas, e se isto fosse ainda uma aparência de consciência? É quase um paradoxo, que atualmente está se tornando mais claro graças às neurociências.<sup>17</sup>

Não poucos anos atrás, renomados estudiosos como Gilbert (1989) e o nosso italiano Liotti (1994, 2001) apontaram que a consciência não seria um *dom* do *homo sapiens*, mas uma função (ou conjunto de funções, conforme sabemos hoje) mental variabilíssima, que muda de indivíduo para indivíduo, e é na própria pessoa variável de acordo com o momento, sobretudo de acordo com a situação relacional (e, frequentemente, interpessoal) na qual ela se encontra. As neurociências afirmam existir formas de consciência também nos animais (Panksepp & Biven, 2012), que variam de acordo com a escala zoológica. Damasio (1999) enfatiza como o *sentimento*, que o homem conhece bem, é uma forma de consciência, descrevendo diversos estágios de evolução da consciência no desenvolvimento neuropsíquico da criança, assim como nos animais, sempre de acordo com a escala zoológica. Essa funcionalidade é paralela à progressiva formação de um *self*, o qual também é descrito em várias gradações. Não existe um sentimento se não existe alguém que o *sinta*.

Ao contrário do que a terminologia atual das emoções deixa a entender (“eu me sinto emocionado”), no âmbito neurocientífico temos o costume de usar o termo *emoção* com referência aos processos biológicos sobre os quais se organiza a mente-cérebro, independentemente do fato de que eles possam ser percebidos na subjetividade dos indivíduos, isto é, em alguma forma de consciência, como um vago *humor* a eventos corporais ou a *sensações* complexas e pouco definíveis, até os próprios e verdadeiros sentimentos, e, em contrapartida, até aquelas formas às quais a formação dos pensamentos pode ser atribuída. Uma separação relativa dos termos *emoção* e *sentimento*, ainda mais se considerarmos o nosso adjetivo *emotivo* ao invés de um mais recente *emocional*, na minha opinião é útil para dissipar, na cultura atual, a confusão entre o que *se sente* na subjetividade e o que hoje sabemos que ocorre no cérebro: confusão que encobre a ideia de que tudo que acontece no ser humano possa se tornar consciente. Por outro lado, o que ocorre no cérebro é essencial e primariamente emocional do ponto de vista bioquímico e, a partir do trabalho emocional permanente da globalidade da mente-cérebro, trabalho este que nunca é interrompido, tem origem, às vezes, o que aparece na subjetividade de alguma consciência de *algo*. Mesmo esse princípio, demonstrado

---

<sup>17</sup> Veja-se a hipótese de Damasio (1999) sobre os vários níveis de *mapeamento* dos estados do corpo no cérebro e da referência da consciência para um *self* nuclear, ou seja, para o sujeito que reconhece ser protagonista consciente daquilo que acontece.

pelas neurociências, parece ignorado pela cultura atual, em prol da manutenção de um ideal de homem em sua *natureza* consciente, a menos que ele seja afetado por... *afetos*.

Portanto, a consciência é, em qualquer caso, um *continuum* que vai de uma completa ausência (assim como os psiquiatras a identificam ou como ocorre no sono sem sonhos<sup>18</sup>) até uma percepção progressiva, por parte do sujeito, de que algo acontece nele.

O problema da origem da consciência, que ainda está sendo estudado pelas neurociências (Damasio, 1999, 2010), integra-se com as pesquisas sobre a memória, causando grandes dificuldades para quem aborda este assunto sem conhecimento especializado e atualizado, pois dele derivam concepções imprecisas, ainda que pouco homologáveis entre si. Desta forma, a consideração da memória e os estudos dela derivados são colocados em níveis muito diferentes, dependendo da realização de uma pesquisa fenomenológica na subjetividade do adulto – vejam-se os estudos clássicos e o problema memória/lembrança – ao invés de metodologias de inferência a partir do comportamento operacional ou com base na instrumentação tecnológica das neurociências ou, ainda, derivadas da pesquisa infantil em suas várias configurações experimentais e psicanalíticas. Dessas dificuldades originam-se imprecisões no sentido atual atribuído a termos como memória, lembrança, afetos, emoções e assim por diante.

O panorama é ainda mais confuso se considerarmos como, na psicanálise, o conceito de memória é frequentemente utilizado de forma aproximativa, quase semelhante ao uso realizado no século passado. Naquela época, o conceito de inconsciente, mantido prisioneiro da teoria pulsional, originara a separação, ainda que implícita, entre o mundo dos afetos e a descuidada consideração de uma óbvia<sup>19</sup> cognição, e, conseqüentemente, de uma concepção dicotômica do que permanece sendo denominado de *a* consciência. Tal conceito corroborou o *a priori* de que os afetos, ou melhor, as emoções com eles confundidas, pudessem ser traduzidos em linguagem verbal, como na interpretação dos psicanalistas. Nestas emoções, foi incluída a acepção a ser dada ao termo inconsciente, quase desejando ignorar a sua vastidão e pregnância absoluta em todo o trabalho da mente.

Este conjunto de ambigüidades e confusões naquilo que foi apenas a história das ciências psicológicas produziu e cristalizou uma incompatibilidade da psicanálise com o progresso das outras ciências da mente, o que poderemos encontrar na literatura psicanalítica clássica. Basta pensarmos na caótica quantidade

<sup>18</sup> O sonho é considerado uma forma de consciência por alguns neurocientistas.

<sup>19</sup> Ou seja, dom natural, como se a cognição comportasse o registro mental automático da realidade externa.

de trabalhos sobre a questão freudiana da *Nachträglichkeit*, a qual, por muitos anos, ocupou e ainda ocupa os relatórios e as relativas hipóteses dos psicanalistas, curiosos, senão surpresos, que eventos considerados excepcionais tenham afetado o alegado funcionamento *normal*<sup>20</sup> da memória (aquela recordada, obviamente). Não foi, e não é, levado em consideração que a memória muda de maneira contínua e que pode mudar também consideravelmente, e às vezes de forma brusca, conforme as situações. Falou-se, assim, de eventos traumáticos: o trauma é um termo que pressupõe a lesão de algo considerado *natural* e, portanto, *normal*. Mas um eventual *normal* não reside na manutenção da lembrança, mas em sua contínua mudança. Certamente, em nível clínico, grandes mudanças de memória, ou melhor, desaparecimento de lembranças, podem se revelar assustadoras e perturbadoras do equilíbrio mental de um indivíduo: foi assim que o termo *trauma* começou a ser empregado. Porém, transferir este termo que, em nível clínico (da subjetividade consciente e inconsciente), tem um sentido metafórico, passando para um nível teórico que evoca o biológico, é, a meu ver, injustificado (Imbasciati, 2006).

Há alguns anos, a psicanálise infantil, sobretudo praticada com pais que têm problemas com seus recém-nascidos ou com filhos pequenos, associada às evoluções terapêuticas da teoria do apego, está oferecendo uma concepção diferente da memória, naquela feliz combinação com a experimentação que é característica da pesquisa infantil: não surpreende mais o fato de que a memória mude. No entanto, no sentido corrente, ainda hoje, fala-se de condições *traumáticas*, como se não se soubesse que a memória, isto é, as redes neurais, mudam continuamente, e, portanto, também podem modificar muito o modo por meio do qual a mente-cérebro faz aparecer, desaparecer ou modificar, para a consciência, o que poderia ter caracterizado uma lembrança.

Nesta intriga de diferentes orientações e métodos científicos, *separados em casa* (na casa<sup>21</sup> psicanalítica), coloca-se o problema do que é adequado denominar de *inconsciente*.

#### 4. Consciência da memória: que *inconsciente*?

Vimos que é razoável pressupor um *continuum* entre a memória declarativa – verbal – e outros modos de expressão, isto é, declarar o que temos em mente com

---

<sup>20</sup> *Normal*: continuou-se a pensar que o funcionamento da memória demonstrasse a sua *normalidade* (natural?) no fato de que a lembrança (equivalente à *memória*) permanecesse constante: se desaparecesse, perguntávamos o porquê, e, sobretudo, se a constatássemos como alterada, pensávamos em *algo* que devesse ter alterado a sua presumida normalidade (Imbasciati, 2005, 2007). O termo trauma indica, por si só, a ruptura de alguma norma considerada natural.

<sup>21</sup> O termo *casa* é adequado ao caráter das Instituições Psicanalíticas mais formalizadas.

códigos diferentes do verbal (por exemplo, o código musical) ou com habilidades executivas, até a oportunidade de considerar os sentimentos. Em que ponto deste *continuum* estabelecemos o limite além do qual é útil usar o termo *inconsciente*? A psicanálise chamou de inconsciente apenas o que não se mostra na memória declarativa das palavras de uma língua, mas pode ser deduzido a partir de múltiplas observações: por que privilegiar esse limite no uso do termo inconsciente e não estendê-lo além? Talvez não se queira reconhecer que existem outras maneiras, embora menos fáceis, de inferir todo um outro mundo inconsciente que está na nossa memória? Restringir o limite da consciência ao campo da verbalização presume uma concepção inconsciente/consciente como um *on/off*, isto é, não a gradatividade dos processos de consciência, mas a noção tão antiga quanto aproximativa de *a consciência*. Daí, talvez, a origem da postulação daquele interruptor denominado recalque, com a esperança de eliminá-lo por meio da psicanálise: *wo Es war soll Ich werden*.

O adjetivo *inconsciente* permaneceu ligado à psicanálise na herança cartesiana da separação afeto/cognição e do correspondente desinteresse da pesquisa psicanalítica em relação aos estudos sobre a memória, bem como sobre aprendizagem<sup>22</sup> e por toda a psicologia experimental em geral. Os estudos bionianos, psicanalíticos em um sentido clínico restrito (Bion, 1962, 1963, 1970), demonstraram como, através das emoções – ou melhor, dos afetos – se desenvolveriam, gradativamente, todas as sucessivas modificações progressivas do pensamento (cf. a *grade* bioniana, 1973, até a matemática!). Com a obra de Bion, a tradicional prioridade, aliás, exclusividade, dada até então pelos psicanalistas ao mundo dos afetos, deveria ter se tornado uma introdução ao mundo da cognição, promovendo, como consequência, um crescente interesse, por parte do mundo psicanalítico, naquilo que as outras ciências da mente haviam estudado nesse meio tempo. Isso não aconteceu, já que, nas instituições psicanalíticas (cf. nota 5), todas as proposições de Freud foram, de fato, conservadas como *sagrada teoria* (Imbasciati, 2015), evitando-se esclarecer as suas eventuais contradições e confrontar as suas afirmações com as descobertas psicanalíticas subsequentes, as quais poderiam tê-las contradito. Tudo foi mascarado em uma confusão entre teoria e clínica por meio da qual todas as *teorias* tornam-se boas, conforme acontece na literatura psicanalítica mais atual (Imbasciati, 2013a, b, 2017a). Também por este motivo, o isolamento da psicanálise foi perpetuado em

---

<sup>22</sup> Foi necessário esperar Bion (1962) para que surgisse o termo *learning* [aprendizagem] na literatura psicanalítica. Como foi muitas vezes ressaltado (Imbasciati, 2013a, b, 2015), a separação do estudo da afetividade, que permaneceu no centro da psicanálise, relacionado aos processos cognitivos e deixado à psicologia experimental, deveu-se à teoria energética pulsional de Freud, a qual, com o conceito de recalque, resolvia de maneira simplista os problemas relativos à memória.

relação ao que as outras ciências e a própria clínica psicanalítica podiam trazer ao corpus psicanalítico. Por muito tempo depois de Bion, uma copiosa literatura psicanalítica continuou a sugerir (defender?) a separação dos dois *domínios* de estudo mencionados no início, centralizando a questão sobre o conceito a ser dado ao termo *inconsciente*. O inconsciente concebido por Freud foi, então, chamado de *inconsciente dinâmico*, para ser possível ligá-lo à dinâmica conflitual dos afetos conforme eles foram identificados pelas interpretações dos psicanalistas em seus *settings*, de modo que não pudesse ser comparado com o inconsciente detectado nos processos automáticos (na verdade, automatizados depois da aprendizagem, mas frequentemente os psicanalistas pensam que sejam *naturais*) que conduzem às aquisições cognitivas, o que poderia ter levado os psicanalistas a um estudo mais cuidadoso dos próprios processos cognitivos. A distinção entre inconsciente dinâmico e inconsciente *neurológico* (Mancia, 2004) foi introduzida: isso, a meu ver, significa dar por entendido que uma coisa é a mente e outra coisa é o cérebro. Existe o risco de escorregar em um antigo preconceito. Com as distinções acima, foi possível manter a crença de que a mente é somente aquela descrita por Freud. Também foi usada a distinção entre *inconsciente recalçado* e *inconsciente não recalçado*, em deferência a uma intuição do mestre, e também entre *inconsciente* e *não consciente*, esta para preservar o sagrado conceito de recalque (Imbasciati, 2015).

As distinções nominais, na minha opinião, são expressões da tendência em aceitar a conservação da teoria – sagrada (Imbasciati, 2017a) – das pulsões, com a qual ainda hoje a maioria dos psicanalistas parece ser aficionada (ou infectada?). As razões deste fenômeno do coletivo podem ser múltiplas: exceto por uma inércia cultural, conserva-se a ideia de que aquilo que o analista identifica com a interpretação verbal, manifestada pelo pensamento consciente, seja a essência do inconsciente, e não aquilo que aparece para a consciência do analista em primeiro lugar (talvez em virtude da teoria à qual ele adere?), ou seja, a sua questionável tradução em palavras daquilo que, à sua capacidade de consciência, pareceu acontecer na mente-cérebro inconsciente dos seus pacientes. É verdade que o problema da *exatidão* da interpretação, do seu imediatismo (o *timing*), da *temperatura* e de toda uma série de estudos clínicos a esse respeito foram colocados, mas, de acordo com meu ponto de vista, em nível de teoria, não foi suficientemente enfatizado que a interpretação é, em primeiro lugar, um efeito de consciência de um analista, ainda que esta seja uma consciência treinada. É de acordo com essa tendência o fato de não considerar suficiente toda a linguagem não-verbal como, ao contrário, é feito com as crianças, e que também deveria ser feito com os adultos em análise.



Seguindo as tendências acima mencionadas, ou melhor, negligenciando os aspectos nesse trabalho explicitados, o conceito de recalque e o velho ideal de Freud foram preservados: isso significa que toda mente poderia se tornar consciente removendo o recalque por meio da análise, e a psicanálise seria a esperança moderna de liberar o homem da obscuridade que o conduz para além das suas solidárias intenções. Trata-se ainda do soberbo e ilusório *Wo Es war soll Ich werden!* Talvez seja a antiga ambição de um homem completamente senhor das próprias emoções? Na verdade, o que ocorre na mente – sem invocar a mente-cérebro, Bion poderia subscrevê-lo de forma antecipada – é muito mais amplo, muito mais inconsciente e frequentemente *indizível* em relação ao que é traduzido pela *talking cure*.<sup>23</sup>

Por que limitar o adjetivo inconsciente àquilo descrito por Freud? E negá-lo ao outro mundo inconsciente que temos na mente? Além disso, considerando-se a gradatividade do resultado consciente (com a referência a um *self* nuclear e não à *consciência ampliada* do *self* autobiográfico – Damasio, 1999), talvez não se queira reconhecer suficientemente o *feeling of what happens* que aproxima a nossa consciência humana à dos animais? (Panksepp, 1999). Pode ser útil distinguir uma consciência fenomenológica (por exemplo, a percepção) de uma consciência *reflexiva*, como na escola de Fonagy, mas por que reservar o termo *inconsciente* somente para a segunda? Que sentido tem, mesmo em relação a uma precisão linguística, separar um *inconsciente* de um *não consciente*?! Enquanto psicanalista de grupos, sempre tenho algumas suspeitas. Deseja-se salvar uma mente *pura*, depurada dos limites da biologia, ou seja, do corpo. Ou, talvez, como em uma certa teologia medieval, se deseje encontrar o homem imune do pecado de Adão?

No entanto, atualmente as neurociências estão demolindo muitos ideais, e, com eles, a sutileza terminológica por meio da qual se deseja humildemente conservar as agradáveis ideias psicológicas antigas sobre os afetos. As neurociências propõem uma demonstração mais simples, considerando que os afetos não surgem de um *mundo interior* tanto idealizado quanto superficial, mas de um trabalho neural mais grandioso e ainda misterioso, desenvolvido pela evolução até chegar à espécie humana. A nossa mente trabalha *em incógnito*, como no feliz título de Eaglemann (2011), ou como se fôssemos habitados por algum *nosso inquilino secreto* (Salvini & Bottini, 2011). Mas é sempre *nosso*, é a nossa mente-cérebro, mesmo que às vezes gostaríamos de ignorar tal condição.

Damasio (1999, 2010) e outros neurocientistas fazem distinções de

---

<sup>23</sup> Equiparar o que se consegue pela interpretação e o inconsciente simplesmente serve para manter acobertada a tão cara ideia, para os psicanalistas, de que o recalque seja o correspondente à aspiração de toda a espécie humana: que, removendo o recalque por meio das interpretações, e, assim, eliminando aquilo que obscuramente nos limita, seja possível conseguir o ideal de um homem totalmente consciente (Imbasciati & Cena, 2018), a ideia religiosa do homem divino.

denominação para indicar como a lembrança pode ser clara e nítida e a memória ligada a um *self* pessoal, guardião do próprio passado, conectado e ligado a uma *consciência ampliada* (parcialmente sobreposta à *consciência reflexiva* conforme denominada por Fonagy & Target, 2001), ao invés de estar relacionada a outras formas de consciência (e de memória) percebidas mais nebulosamente, como sentimento, humor, mal estar/bem estar ou ainda *paixão*, mais ou menos superando as capacidades cognitivas e perturbando a pessoa, a qual se sente, portanto, estranha a si mesma: Damasio relaciona isso mais a um *self nuclear* do que a um *self autobiográfico* mais extenso. Essas distinções têm o mérito de evidenciar, na cultura atual, as funções enormemente complexas do cérebro (como na hipótese descrita por Damasio, 1999), relativamente aos preconceitos redutivos e simplistas, ainda difusos, e para mostrar a inseparável ligação memória-consciência no que diz respeito ao nosso modo de considerar separadamente o que aparece para nós. Memória e consciência são a dupla face da mesma funcionalidade, desde que esta não se limite à consciência verbalizável, que constitui o fundamento da mente-cérebro para a sobrevivência: a memória tem uma gradatividade em conjunto com aquilo que pode ser percebido pela gradatividade contínua das várias formas de consciência. Essa conexão pode ser perdida completamente quando for suspensa qualquer forma de consciência, como parece acontecer nos ataques epiléticos. Por outro lado, a gradatividade por meio da qual alguma consciência pode *iluminar* a memória está diretamente relacionada a algum *self*, ou seja, ao sujeito que *vive* o que sente, que se sente protagonista do que acontece no seu *feeling of what happens*, do que acontece particularmente com *ele*. E aqui Damasio (1999) fala de um *proto-self*, de um *self nuclear* e de um *self autobiográfico*: não se trata somente dos estágios evolutivos da criança, mas, mais especificamente, do fato de que toda experiência de alguma consciência pode ser referida, a cada vez, a algum grau do *self*, mesmo em um adulto.

Apesar do progresso das ciências da mente, pessoalmente mantenho o receio de que, frente às dificuldades de abraçar com a adequada compreensão o que a ciência nos oferece, continue a emanar, do coletivo humano, o ideal universal de toda cultura em qualquer tempo e lugar, no sentido de que, de *algum lugar*, possa vir a existir a mente *perfeita*, alheia aos limites e de acordo com uma *vontade* igualmente perfeita: uma mente isenta de incertezas e paixões, bem como capaz de atingir alguma transcendência divina, da maneira com que esta foi descrita pelos teólogos da cristandade no homem imune ao pecado original. Talvez isso signifique preservar um senso de proteção dos limites adversos da realidade (ou dos caminhos para trás da evolução?) e da consequente frustração (o conceito de *anger* de Panksepp) em relação àquilo que o nosso intelecto *sapiens* consegue

imaginar, ou melhor, sonhar. Também Freud era fascinado pela perspectiva de um *Wo Es war soll Ich werden*.

Hoje, mais respeitosamente, com paciência em relação aos limites do indivíduo e com um pouco de esperança na tenacidade dos coletivos científicos, poderíamos começar a chamar de inconsciente tudo aquilo que não nos é dado a compreender diretamente por meio da nossa subjetividade consciente, sem os equipamentos que foram criados com as várias distinções de diferentes espécies de inconsciente, na intenção secreta de preservar aquelas que nos pareciam mais agradáveis para as suas implicações e, portanto, *certas*. Acredito que também a psicanálise, aliás, ela mesma poderia dar uma contribuição para esse fim. Será preciso inverter o tradicional vértice de observação, não mais centrado em *por que o inconsciente*, mas em um *por que a consciência? Deve-se mudar o objeto da psicanálise* (Imbasciati, 2014). Não deveríamos mais nos perguntar por que, na subjetividade, algo que presumimos ser conhecido e que nos pareceu consciente e que, então, deveria ter permanecido em alguma memória, enquanto *alguma outra coisa* se revela obscura, imprecisa, ou permanece incógnita e excluída em toda lembrança, mas sobre o motivo pelo qual, às vezes, em nossa subjetividade, aparece *alguma coisa* em alguma forma de consciência. Nem deveríamos mais nos perguntarmos por que as lembranças mudam, embora tenhamos a convicção de que sejam sempre as mesmas, verdadeiramente lembradas, ou por que falamos de trauma quando acontecem consideráveis reestruturações na nossa mente-cérebro.

Tal estudo da consciência, em nível psicanalítico, deveria se ocupar em especial daquilo que aparece para a consciência dos analistas que *interpretam*, independentemente do selo de garantia que a Instituição psicanalítica confere à análise pessoal de quem se torna analista. Para este estudo, porém, serão necessárias múltiplas e diferentes competências. □

## Abstract

### **Unconscious and memory consciousness: a contribution of the neurosciences**

By integrating data from general psychology and perinatal clinical psychology with that from neuroscience and psychoanalysis, the author discusses the relations between memory and consciousness, with the aim of providing a unitary definition of the concept of unconscious. Biologically, memory is based on neural networks (*no two people's brain are the same*). All the functions that the brain learns over the period of its relational neuropsychic development, from the fetal age, can be considered *memory*. The author refers to concepts regarding the relational

construction of each individual brain, highlighting the way in which the whole functionality of a mindbrain set can be constructed from the biologically emotional activity of the brain. Based on this functionality, various levels of some form of consciousness may emerge within the subjectivity of an individual, corresponding to a small and sometimes insignificant part of the enormous and continuous neuromental work, which, unconsciously, regulates the organism, both from the mental and behavioural points of view. In this context, the author notes that in the present psychoanalytical institutional culture and in culture in general, the *unconscious* continues to be considered only that described and theorized by Freud, that is, that which appears in some form of the analyst's consciousness and which he translates into a verbalization, at a specific moment in their relationship with the patient.

Keywords: unconscious; consciousness; neuroscience; memory; reminder; perception; affection

## Resumen

### **Inconsciente y conciencia de la memoria: un aporte de las neurociencias**

Integrando los aportes de la psicología general, de la psicología clínica perinatal, de las neurociencias y del psicoanálisis, el autor aborda las relaciones entre memoria y conciencia con el objetivo de ofrecer una definición unitaria del concepto de inconsciente. Resaltando la base biológica de la memoria en las redes neurales, afirma que, en un único cerebro (*nadie tiene un cerebro igual al de otro*), se pueden considerar *memoria* todas las funciones que aquel cerebro aprendió a lo largo de su desarrollo neuropsíquico relacional a partir de la época fetal. El autor expone conceptos a propósito de esa construcción relacional del cerebro de cada individuo, resaltando la forma por medio de la cual, a partir de la actividad biológicamente emocional del cerebro, se puede construir la funcionalidad entera de un *mindbrain* (mente-cerebro). De esa funcionalidad, se pueden presentar a la subjetividad de un individuo varios niveles de alguna forma de conciencia que corresponden a una parte mínima y, a veces, no significativa del enorme y continuo trabajo neuromental, el cual, de forma inconsciente, regula el organismo tanto desde el punto de vista mental como conductual. En ese contexto, el autor observa que, en la actual cultura institucional psicoanalítica y en la cultura en general, se sigue considerando el *inconsciente* solo como lo que describió y teorizó Freud, o sea,

aquello que aparece en alguna forma de conciencia en el analista y que él traduce en una verbalización en un momento específico de su relación con un paciente.

Palabras clave: inconsciente; conciencia; neurociencia; memoria; recuerdo; percepción; afecto

## Referências

- Bartlett, F. (1932). *Remembering: a study in experimental and social psychology*. Cambridge: Cambridge University. [trad. it.: La memoria. Studio di psicologia sperimentale e sociale. Milano: Angeli, 1971]
- Bick, E. (1964). L'osservazione diretta del lattante nell'addestramento psicoanalitico. In V. Bonamimio, & B. Jaccarino, *L'osservazione diretta del bambino*. Torino: Boringhieri, 1984.
- Bion, W. D. (1962). *Learning from experience*. Roma: Armando, 1972. [trad it. Apprendere dall'esperienza]
- Bion, W. D. (1963). *Elements of psychoanalysis*. Roma: Armando, 1973. [trad it. Gli elementi della psicoanalisi]
- Bion, W. R. (1970). *Attention and interpretation*. Roma: Armando, 1970. [trad it. Attenzione e interpretazione]
- Cena, L., Imbasciati, A., & Baldoni, F. (2010). *La relazione genitori/bambino*. Milano: Springer.
- Cena, L., Imbasciati, A., & Baldoni, F. (2012). *Prendersi cura dei bambini e dei loro genitori*. Milano: Springer.
- Damasio, A. (1999). *The feeling of what happens*; trad.it. Emozioni e coscienza, Milano: Adelphi, 2002.
- Damasio, A. (2010). *Self comes to mind*. Milano: Adelphi, 2012. [trad. it. Il Sé viene dalla mente]
- Eagleman, D. (2011). *In incognito. La vita segreta della mente*. Milano: Mondadori.
- Ebbinghaus, H. (1885). *Über das Gedächtnis*. Leipzig: Dunker & Humblot. [trad. ingl. Memory, Darer Pub. Inc. New York, 1964]
- Fonagy, P., & Target, M. (2001). *Attaccamento e funzione riflessiva* (coll. Ital), Milano: Cortina.
- Freud, S. (1932). *Introduzione alla psicoanalisi*. In *Opere di Sigmund Freud* (Vol.11), Torino: Boringhieri, 1967-1979.
- Gilbert, P. (1989). *Human nature and suffering*. London: Erlbaum.
- Imbasciati, A. (1986). *Istituzioni di psicologia*. 2 Vols. Torino: Utet Libreria.
- Imbasciati, A. (1998). *Nascita e costruzione della mente*. Milano: Utet De Agostini.
- Imbasciati, A. (2005). *Constructing a mind*. London: Routledge.
- Imbasciati, A. (2006). Una spiegazione della genesi del trauma nel quadro della teoria del

- Protomentale. *Atti Congresso Internazionale IPA*, Rio de Janeiro, Luglio 2005. *Ital. Psychofonia*, 9 (14): 49-79.
- Imbasciati, A. (2007). Sul concetto di trauma. *Psichiatria e psicoterapia*, 26(4): 344-364.
- Imbasciati, A. (2013a). *Psicoanalisi senza teoria freudiana*. Roma: Borla.
- Imbasciati, A. (2013b). *Dalla strega di Freud alla nuova metapsicologia*. Milano: Franco Angeli.
- Imbasciati, A. (2014). O objeto da psicanálise mudou. *Revista Psicanálise da SPPA*, 21(1): 11-27.
- Imbasciati, A. (2015). *Nuove teorie sul funzionamento della mente*. Milano: Franco Angeli.
- Imbasciati, A. (2016a). L'inconscio come memoria e la diffidenza degli psicoanalisti verso le neuroscienze. *Giornale Italiano di Psicologia GIP*, 42(1-2): 371-383.
- Imbasciati, A. (2016b). *Quindici brevi lezioni di psicologia integrata*. Roma: Alpes.
- Imbasciati, A. (2017a). *Mindbrain, psychoanalytic institutions and psychoanalysts*. London: Karnac.
- Imbasciati, A. (2017b). Psicoanalisi e neuroscienze: quale memoria per quale coscienza? *Il Ruolo Terapeutico*, 2: 9-41.
- Imbasciati, A. (2017c). *Sei seminari di psicoanalisi integrata*. Roma: Alpes.
- Imbasciati, A. (2017d). Lo sviluppo neuropsichico: il mindbrain. In A. Imbasciati, & L. Cena (2018) *Psicologia clinica perinatale quarta*. Milano: Angeli.
- Imbasciati, A., & Cena, L. (1991). *La vita psichica primaria*. Milano: Masson.
- Imbasciati, A., & Cena, L. (2010). *I bambini e i loro caregivers*. Roma: Borla.
- Imbasciati, A., & Cena, L. (2015). *Psicologia clinica perinatale*, (2 vols.). Milano: Angeli.
- Imbasciati, A., & Cena, L. (2017). *Psicologia clinica perinatale: neuroscienze e psicoanalisi*, Milano: Franco Angeli.
- Imbasciati, A., & Cena, L. (2018). *Psicologia clinica perinatale: Il futuro dei primi mille giorni di vita*. Milano: Franco Angeli.
- Imbasciati, A., Dabrassi F., & Cena L. (2007). *Psicologia clinica perinatale*. Padova: Piccin.
- Imbasciati, A., Dabrassi F., & Cena L. (2011), *Psicologia clinica perinatale per lo sviluppo del futuro individuo*, Torino : EspressEdizioni.
- Jacques, E. (1955). Social systems as a defence against persecutory and depressive anxiety. In M. Klein, P. Heinemann, & R. Money Kyrle, *New directions in psychoanalysis: The significance of infant conflicts in the patterns of adult behavior* (pp. 478-98). Tavistock; reprinted Karnac: Maresfield Reprints, 1977.
- Le Doux (2002). *Il Sé sinaptico. Come il nostro cervello ci fa diventare quello che siamo*, Milano: Cortina.
- Liotti, G. (1994). *La coscienza*. Roma: N.I.S.
- Liotti, G. (2001). *Le opere della coscienza*. Roma: Carocci.
- Magistretti, M. (2010). *A ciascuno il suo cervello*. Torino: Boringhieri.

- Mancia, M. (2004). Conoscenza, sogno, memoria: possibili contaminazioni neuropsicoanalitiche, *Psiche*, 12(1): 75-84.
- Manfredi, P., & Imbasciati, A. (2004). *Il feto ci ascolta e impara*. Roma: Borla.
- Meltzer, D. (1981). The kleinian expansion of Freud' metapsychology. *Internat. J. Psychoan.*, 62: 77-87.
- Money Kyrle, R. (1961). *Man's picture of his world*. New York: International Universities Press [trad. it. All'origine della nostra immagine del mondo, Roma: Armando, 1971]
- Panksepp J (1999), *Affective neuroscience*, Oxford Un. Press, London.
- Panksepp J, Biven (2012), *Archeologia della mente*, Cortina, Milano.
- Salvini, A., & Bottini, R. (2011). *Il nostro inquieto segreto*. Firenze: Ponte alle Grazie.
- Schore, A. (2003a). *Affects dysregulation and the disorders of the self*. New York: Norton.
- Schore, A. (2003b). *Affects regulation and the repair of the self*. New York: Norton.
- Siegel, D. (2005). *La mente relazionale*, Cortina, Milano.
- Solms, M. (2015). *The feeling brain*. Roma: Astrolabio, 2017. [trad. it. Cosa prova il cervello]
- Vallino, D. (2009). *Fare psicoanalisi con genitori e bambini*, Borla, Roma
- Vallino, D., & Macciò, S. (2004). *Essere neonati*. Roma: Borla.

Recebido em 15/02/2018

Aceito em 16/05/2018

Tradução de **Patrizia Cavallo**

Revisão gramatical de **Gustavo Czekster**

Revisão técnica de **Karem Cainelli**

**Antonio Imbasciati**

Via Celio 2

Milano 20148

e-mail: antonio@imbasciati.it

© Antonio Imbasciati

Versão em português da Revista de Psicanálise – SPPA